

Publicação da Secretaria de Política Agrícola
do Ministério da Agricultura e Pecuária,
editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X
ISSN 1413-4969
Página da revista: www.embrapa.br/rpa

Ponto de Vista

Maquiavel e o *príncipe rural*

A *realpolitik* e a sobrevivência no agronegócio brasileiro

A estrutura do agronegócio brasileiro é configurada de tal forma que o produtor rural, a montante, é fortemente dependente de empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos, insumos, sementes e fertilizantes, cuja estrutura de mercado se aproxima de um oligopólio. Enquanto isso, a jusante, quando o produtor deseja comercializar sua produção, a estrutura de mercado se assemelha a um oligopsônio. Embora o agronegócio brasileiro seja considerado um caso de sucesso, a ponto de se tornar altamente competitivo no mercado internacional, a sobrevivência financeira das propriedades rurais está sujeita a forças imprevisíveis. No entanto, é evidente que a realidade brasileira é um mosaico de tipos de propriedades rurais com desempenhos econômicos e financeiros diferenciados. Porém, uma realidade se impõe: o sucesso da atividade depende da transição de uma mentalidade “agrário-passiva” para uma mentalidade “político-ativa” (*Realpolitik*).

Nesse sentido, queremos introduzir o pensamento de Nicolau Maquiavel, desenvolvido em sua obra seminal *O Príncipe* (Maquiavel, 2009), com o objetivo de usar o pensamento maquiavélico para lançar luz sobre os problemas atuais enfrentados pelos produtores rurais brasileiros. Nossa tese é a de que o produtor rural opera sob as mesmas pressões descritas por Maquiavel no século 16. Partimos do princípio de que a fazenda não é apenas uma unidade de produção, mas um “pequeno Estado” sitiado.

Em primeiro lugar, abordamos a dependência estrutural do agronegócio, na qual o produtor está ligado a oligopólios na compra de insumos e na venda do seu produto, cujos mercados muitas vezes funcionam com assimetria de informações. Aqui, Maquiavel alerta que um Príncipe jamais deve depender de forças que não controla – o que ele chamava de forças auxiliares ou mercenárias –, pois isso o torna refém. Nesse caso, a estratégia maquiavélica seria a

Thelmo Vergara de Almeida Martins Costa 
Pesquisador independente,
Passo Fundo, RS, Brasil
E-mail: thelmovmc@gmail.com

Recebido
4/3/2026

Aceito
24/3/2026

Como citar
COSTA, T.V. de A.M. Maquiavel e o *príncipe rural*: a *realpolitik* e a sobrevivência no agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v.35, e02115, 2026. DOI: <https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2026.v35.02115>.



busca pela autonomia. Como o produtor isolado é frágil, a única maneira de criar força soberana capaz de enfrentar grandes corporações é a união política e econômica derivada de um forte cooperativismo. Não se trata aqui de um cooperativismo romântico, mas de uma forma de cooperação tática baseada na criação de um “bloco de poder” que tenha escala suficiente para ditar preços ou, minimamente, melhorar a margem de negociação. Sem isso, o produtor é um vassalo trabalhando nas terras dos gigantes de insumos.

Em segundo lugar, Maquiavel apresenta a dicotomia entre *Virtù* e *Fortuna*. Para o florentino, *Fortuna* não é meramente “sorte”, mas o acaso, as circunstâncias incontrolláveis e a imprevisibilidade da história, a qual governaria metade de nossas ações. Já a *Virtù* não possui relação com a virtude cristã (a “bondade”), mas traduz-se como a habilidade técnica, a virilidade, a astúcia e a capacidade de adaptação do Príncipe. Um governante dotado de *Virtù* é capaz de prever e represar os ímpetus da *Fortuna*, ou a eles se amoldar.

No mundo do agronegócio, a *Fortuna* é o comportamento do clima, a presença de pragas e doenças, a volatilidade dos preços, entre outras situações enfrentadas no dia a dia do produtor rural. Nesse contexto, o produtor passivo que conta apenas com a “esperança” por dias melhores carece de *Virtù*. Em contrapartida, o uso corrente de operações de *hedge* (travamento de preços), seguros agrícolas e tecnologias de irrigação não representa apenas “gestão”, mas sim a imposição da vontade humana sobre o acaso. O produtor que segue Maquiavel não fica na torcida pelo preço; ele constrói a estrutura financeira que garante a sobrevivência do seu Estado – isto é, sua propriedade rural –, independentemente do humor do mercado.

Em terceiro lugar, Maquiavel advoga que o governante deve transitar entre duas naturezas: a humana (pautada pelas leis) e a animal (baseada na força). Quando as leis se mostram insuficientes, o Príncipe deve recorrer à força e à astúcia, agindo simultaneamente como leão e raposa. O leão impõe-se pela força bruta para amedrontar os lobos, enquanto a raposa vale-se da diplomacia e da percepção aguçada para identificar e contornar armadilhas.

Em estratégias comerciais, o produtor rural precisa dessas duas naturezas: a raposa (astúcia) para lidar com oligopólios, uma vez que as *tradings*

possuem nítida assimetria de informação. Neste caso, o produtor deve investir em inteligência de mercado própria para não cair nas armadilhas de contratos leoninos, usando a diversificação de culturas e de canais de venda para não ficar dependente de um só comprador. Como alertaria Maquiavel, quem depende de um único aliado perece com ele.

Por outro lado, deve ser leão para enfrentar o Estado e a concorrência internacional. O mercado global é uma arena de disputa, e o Estado frequentemente impõe entraves com tributação elevada, risco fiscal e insegurança jurídica. Aqui, destaca-se a relevância do *lobby* organizado, a exemplo da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Essa articulação seria plenamente aprovada por Maquiavel, já que, se as leis não favorecem o Príncipe, este deve ter força política para alterá-las ou mitigar seus efeitos. Afinal, o produtor apolítico é uma presa fácil.

Em quarto lugar, Maquiavel reconhece a necessidade de uma “Economia da Violência”, ou uma crueldade bem-empregada. Não se trata aqui de uma violência gratuita, mas sim de uma violência cirúrgica feita de uma só vez, por necessidade ou segurança, e que não se repete. O choque é súbito, mas a pacificação segue. Já a crueldade mal-empregada é aquela que aumenta com o tempo em vez de diminuir, gerando insegurança constante e ódio e, por consequência, levando à instabilidade do Estado.

Maquiavel ensina que os recursos são escassos (ponto central da teoria econômica) e que a generosidade excessiva leva à ruína. Nesse sentido, a gestão da propriedade rural deve focar na eficiência operacional implacável. Em um mercado de commodities, o produtor é um tomador de preços e, portanto, a margem é feita no custo, e não na venda. Torna-se fundamental para a sobrevivência da propriedade rural a eliminação de custos ineficientes e a adoção de tecnologias voltadas à redução da dependência de mão de obra – insumo que, frequentemente, manifesta-se de forma volátil e juridicamente arriscada. Essa reestruturação corporifica, em sentido técnico, a aplicação de uma crueldade bem-empregada: trata-se de uma deliberação severa e imediata, contudo imprescindível para salvaguardar a higidez econômica do negócio.

Em quinto lugar, impõe-se a análise da relação entre o capital financeiro e o produtor rural. Na lógica maquiavélica, o capital financeiro ocupa o papel das tropas mercenárias. Maquiavel (2009, p.57) alerta:

As tropas mercenárias são inúteis e perigosas [...] elas não têm outro amor nem outra razão que as mantenha em campo a não ser um pouco de soldo [...].

Isso quer dizer que o empresário rural deve ficar atento, já que que o banco é um aliado enquanto há soldo – ou seja, lucro –, mas que pode saqueá-lo ou abandoná-lo na primeira crise ou *Fortuna* adversa.

Contudo, se o produtor depender só do acúmulo de capital próprio gerado pelo lucro de cada safra, a expansão do seu *principado* será lenta, e ele correrá o risco de ser engolido pelos vizinhos maiores. Pelo lado positivo, o crédito pode ser utilizado como uma alavanca de poder, uma vez que o sistema financeiro permite que o produtor acesse, no presente, a tecnologia que somente poderia pagar no futuro, e isso é vital para manter a competitividade técnica. Além disso, o mercado financeiro permite a gestão da *Fortuna*, ao oferecer escudos contra o acaso, tais como o travamento de preços e os seguros agrícolas, que estabilizam o fluxo de caixa e permitem o planejamento de longo prazo.

Sob essa mesma perspectiva teórica, o sistema permite ao produtor realizar a arbitragem. Nesse caso, o produtor astuto (raposa) usa o dinheiro do banco quando a taxa de juros – ou seja, o custo do capital – é menor que o Retorno sobre o Investimento (ROI) da lavoura. Isso significa “usar o dinheiro dos outros” para enriquecer o próprio território.

Em contrapartida, os aspectos negativos da aliança com os bancos esbarram na armadilha da soberania: o perigo surge quando o “meio” (o crédito) se torna o “fim” (a obrigação de pagar juros), transformando o *príncipe* em vassalo. Maquiavel (2009, p.81) nos ensina que “os homens esquecem a morte do pai, mas não a perda do patrimônio”. O sistema bancário exige a terra como garantia real, o que coloca em risco o patrimônio mais caro ao produtor. Em caso de quebra de safra – isto é, *Fortuna* adversa –, o banco não hesita em executar a dívida e tomar a propriedade. Aqui, o “aliado” se torna o invasor que depõe o governante.

Outro aspecto negativo na esfera do crédito ao produtor ocorre quando a prática do *barter* se comporta como servidão. Nesse caso, a troca de insumos por produção futura, muitas vezes financiada por braços financeiros das multinacionais, pode prender o produtor a uma taxa de troca desfavorá-

vel, fazendo com que ele entregue a soberania de sua colheita antes mesmo de plantar.

Ainda neste contexto desfavorável, verifica-se o risco inerente ao descasamento de prazos: a prática de financiar investimentos de longo prazo com dívidas de curto prazo é a receita para a ruína. O banco lucra com a rolagem da dívida, mantendo o produtor em um ciclo eterno de dependência.

A lógica maquiavélica para lidar com esses problemas dita que a postura do *príncipe rural* diante dos bancos deve ser de desconfiança estratégica. Portanto, o produtor deve buscar a diversificação de fontes de financiamento para jamais ficar dependente de um único credor. Não se pode esquecer que quem tem apenas um banqueiro tem um chefe; quem tem cinco, tem poder de negociação. Além disso, o produtor deve evitar, ao máximo, dar a terra produtiva principal como garantia para custeios rotineiros. A terra é o trono; não se aposta o trono em batalhas menores. O produtor, muitas vezes, é um mestre na agronomia (*Virtù* técnica), mas um analfabeto financeiro. Se ele não entender de juros compostos, derivativos e *spread*, será enganado pela “astúcia” dos banqueiros. Ele precisa, urgentemente, desenvolver a *Virtù* financeira.

Por último, Maquiavel diz que o medo mantém a união. No contexto atual, a ameaça climática é a *Fortuna* agindo contra todos. Aqui, o produtor deve usar a bandeira da sustentabilidade para exigir contrapartidas; ou seja, se ele presta um serviço ambiental, como a preservação de nascentes ou a captura de carbono, ele deve cobrar por isso através do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Aqui não é caridade: o *príncipe rural* deve encarar a sustentabilidade não como um entrave ideológico, mas como uma diplomacia de defesa para evitar o “ódio” público e o isolamento comercial. Também é uma arma de contra-ataque usada para anular o discurso protecionista dos competidores internacionais. Por fim, é uma ferramenta de poder para controlar a narrativa e parecer tão virtuoso quanto é de fato.

O que Maquiavel mais criticaria seria a ingenuidade de achar que “a verdade prevalecerá sozinha”. No jogo do poder, a verdade é o que se consegue provar e o que se consegue convencer. O mercado internacional é um ambiente anárquico, sem um juiz global justo, onde há apenas interesses. Portanto, o produtor deve assumir sua posição de *príncipe*, abandonando a postura de vítima. No jogo

do poder agroalimentar, quem não define as regras acaba sendo governado por elas. A *Virtù* existe para garantir que o *principado* – isto é, a propriedade e o legado – sobreviva à tempestade e, assim, alcance a tão desejada sustentabilidade. Assim, o produtor deve lembrar que a pauta ambiental, para seus concorrentes internacionais, é uma disputa por patrimônio e mercado, não apenas por árvores.

Em suma, a transposição analítica de *O Príncipe* ao cenário contemporâneo revela que a excelência agronômica, isoladamente, tornou-se insuficiente. Exige-se, portanto, que o príncipe rural decline de uma postura de passividade ou vulnerabilidade institucional para assumir a centralidade e a soberania próprias de um verdadeiro estadista do agronegócio. Essa revolução de mentalidade impõe a busca pela soberania econômica

contra a vassalagem financeira e os oligopólios, o uso da astúcia política da raposa e a força do leão para moldar o ambiente legal, e a adoção da sustentabilidade como diplomacia de defesa contra o protecionismo – visto que, conforme alertou o florentino, a disputa ambiental global é, na verdade, uma guerra por patrimônio e mercado. No ambiente anárquico do comércio internacional, a sobrevivência do legado depende, em última instância, de transformar a propriedade em um *pequeno estado* e o produtor em um líder capaz de definir as regras do jogo e domar a *Fortuna* por meio de sua *Virtù*.

Referência

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2009. 179p.